Dom Pedro: primeiro Imperador do Brasil

MARCELO LINHARES (*)

Comemora a Nação brasileira o segundo centenário do nascimento de D. Pedro, o nosso primeiro Imperador.

Nascido a 12 de outubro de 1798, no Paço Real da Quinta de Queluz, em Portugal, onde viria a morrer, D. Pedro de Alcântara Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Paschoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon, quarto filho - segundo varão - do futuro D. João VI e de D. Carlota Joaquina, foi o proclamador da Independência do Brasil e seu primeiro Imperador.

Infante e grão-prior do Crato, com a morte de seu irmão mais velho, D. Antônio, em 1801, tornou-se Príncipe da Beira. Em Portugal foi discípulo do jesuíta José Monteiro da Rocha, no Brasil, de frei Antônio da Arrábida. Além destes teve mais como preceptores: D. Maria Genoveva do Rego e Mattos e o frei Antônio de Nossa Senhora da Salete. Com João Rademaker e o reverendo Guilherme Tilbury aprendeu a falar o francês, o inglês e o italiano, chegando a traduzir o latim.

Casado, por arranjo dinástico, aos 19 anos de idade, com D. Maria Leopoldina Carolina Josefa - nossa primeira Imperatriz, filha do Imperador Francisco I e irmã de Maria Luiza, segunda mulher de Napoleão, que lhe deu acesso ao estudo da língua alemã. Convém seja ressaltado que aquele casamento criou liames afetivos entre o Brasil e Áustria, posto em relevo quando da retirada das forças dos Aliados da Segunda Guerra Mundial, em 1953, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), graças à intervenção do nosso Chanceler João Neves da Fontoura. Não dava o Príncipe D. Pedro à sua esposa as atenções devidas, preferindo, entre outras, os quentes braços de Domitila de Castro Canto e Melo, por ele feita Marquesa de Santos.

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Possuía D. Pedro as qualidades e os defeitos dos Braganças. José Castelllani [1] assinala: "Bem apessoado, moço e herdeiro de um trono, não faltavam mulheres dispostas a compartilhar seu leito com ele". E acrescenta: "Dom Pedro era um homem autêntico, tinha suas virtudes e não dissimulava seus defeitos, o que o aproximava, bastante, do povo brasileiro".

Portador de uma "personalidade curiosa de herói" - manifesta-se Theóphilo de Andrade[2] - "cuja vida foi marcada por grandes feitos e grandes erros", mas "cabe-lhe, sem sombra de dúvida, a gloria de haver dado a liberdade a duas nações, especialmente ao Brasil, dando a unidade a América Portuguesa".

Volvamos a 1550, quando Martim Afonso de Souza aconselhou a D. João III a mudar o reino português para o Brasil e cheguemos a 1580 quando Felipe II, de Espanha, para obter a desistência de D. Catarina, duquesa de Bragança à herança do Cardeal D. Henrique, prometendo-lhe um trono independente no Brasil. Sigamos até 1640: Após a Restauração, D. João IV pretendeu casar D. Theodósio com uma princesa francesa, ficando o casal em Portugal e vindo ele para o Brasil. Em 1755, após o terremoto de Lisboa, Pombal imaginou fundar um império no Brasil, chegando-se até a construir um palácio em Belém do Pará. Vemos, assim, haver sido constante o pensamento da mudança do Reino Português para o outro lado do Atlântico.

A prudência de D. João VI, - confundida por muitos como indecisão, o fazia oscilar entre acompanhar a sempre aliada Inglaterra ou submeter-se à máquina de guerra de Napoleão -, fê-lo tomar a decisão de partir para o Brasil quando o rufar dos tambores de Junot já se fazia ouvir em Lisboa. Não foi, porém, uma fuga desordenada - como muitos a querem pintar - mas uma mudança definitiva. Até os seus livros - os preciosos volumes da Biblioteca Real, entre os quais um exemplar da Bíblia de Guttenberg - para aqui vieram e foram os formadores da Biblioteca Nacional.

---

[1] José Castellani, Grande Secretário Geral de Educação e Cultura do Grande Oriente do Brasil, in artigo em "Egrégora", edição de março/maio de 1998.

[2] Theóphilo de Andrade, in " Pedro I na Independência", Rio, 1972, pág. 19.

Segundo nos dá conta Skidmore[3], partiu para o Brasil "em novembro de 1807 toda a Corte e mais de 10 mil cortesãos e agregados em 46 navios, com quatro belonaves da Royal Navy para proteger a comitiva portuguesa durante sua viagem". Fazendo-se ao mar a frota foi atingida por uma forte tempestade. Chegou ao litoral nordestino em janeiro de 1808.

Graças aos Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777), o Brasil já se encontrava com a mesma conformação de fronteiras que mantém até hoje. Razão sobrada tinha Oliveira Martins, em sua "História de Portugal" quando afirmava: "Quem separou o Brasil foi D. João VI". A chegada do Príncipe D. João à Bahia, a 22 de janeiro de 1808, e a Carta Régia de 28 seguinte, expedida por sugestão de José da Silva Lisboa, - futuro Visconde de Cayrú - lançou o Brasil no concerto internacional. A 1°. de abril de 1808 foi revogado o alvará de 5 de janeiro de 1785, que ordenara o fechamento das fábricas. Derrogado o alvará de 6 de julho de 1747 criou-se a Imprensa Régia e iniciou-se a publicação da "Gazeta do Rio", o primeiro jornal a circular no Brasil. De importância singular reveste-se a criação da Academia de Belas Artes, da Academia de Marinha e Artilharia e da Escola Médico-Cirúrgica, início do ensino superior em nossa terra.

Não é possível deixar de ser acrescentada a vinda da Missão Francesa, sob a direção de Le Breton, que se notabilizou pelos ensinamentos e trabalhos de Debret e Nicolau de Taunay, pintores, de Grandjean de Montigny, arquiteto, e de Mare Ferrez, escultor.

Temos mais a fundação do Jardim Botânico, da Biblioteca Nacional, da fundição de ferro, em Minas, com Eschewege, e em São Paulo com Frederico Varnhagen, e a criação do Banco do Brasil.

Elevando o Brasil à condição de Reino Unido ao de Portugal e Algarves - a 15 de dezembro de 1815 -, estava aberto o caminho de nossa independência. Concentrando a administração no Rio de Janeiro o país passou a se transformar de um conglomerado de colônias em um Estado.

[3] Thomas E. Skidmore in "Uma História do Brasil", Editora Paz e Terra, 1998, pág. 57.

Terminando em Waterloo o ciclo napoleônico, os velhos problemas deixados em Portugal ressurgiram. Feita a paz, as idéias liberais que o Corso espalhara já se faziam sentir, como a Constituição Espanhola, de Cadiz, em 1812.

D. João - portador de um tino político extraordinário - vendo a revolta das colônias espanholas, entendeu que o Brasil marcharia para a independência. Desejando garantir para a Casa de Bragança os dois tronos, após a morte de D. Maria I, em 20 de março de 1816, e ao ser aclamado em 6 de fevereiro de 1818, tornando-se rei, chegou a assinar um decreto nomeando D. Pedro regente de Portugal, permanecendo ele mesmo no Brasil, com o título de Imperador, tal o amor que dedicava à nossa terra. Para tanto, desde 1814, "encarregara a Silvestre Pinheiro uma memória sobre o que deveria ser feito no futuro, pela dinastia, em relação aos dois países".[4] A revolução liberal do Porto, em 1820, mudou os planos de D. João. Ali se exigia o juramento pelo Rei de uma Constituição. Não tendo sido votada ainda a Carta Portuguesa, fosse jurada a espanhola, com as alterações a serem introduzidas.

A pressão das Cortes já se fazia sentir até no Rio de Janeiro , daí a revolta de 26 de fevereiro de 1821, que teve a adesão do povo. A D. Pedro foi dada a sua primeira grande missão política. Foi ao Rossio, onde se encontravam todas as forças brasileiras e portuguesas, sob o comando do brigadeiro Francisco Garretti, e anunciou que seria jurada a Constituição, ainda por fazer.

O advogado Macamboa, tomando a palavra, exigiu que fosse a Constituição jurada "in fieri" e indicou nomes para o novo Conselho. D. Pedro levou as exigências ao Rei, que a tudo anuiu, delegando poderes ao Príncipe para jurar a Carta em seu nome e nomeou as pessoas indicadas.

D. Pedro recebeu uma das maiores manifestações de sua vida. D. João VI foi exortado por ele a vir ao Paço da Cidade para também receber as saudações do povo.[5] Foram tão entusiásticas que o Mo-

[4] Theóphilo de Andrade, in "Pedro I na Independência do Brasil", Rio, 1972, pág. 28.

[5] Aníbal Gama, in "D. Pedro na Regência", Gráfica Laemmert, Rio, pág. 45.

narca quase desmaiou de medo. Theóphilo de Andrade diz: "quando os populares desatrelaram os cavalos para puxar o coche e levar o Rei nos braços, ao topo da escada, pálido e chorando, pensava ele em Luís XV levado pelo povo ao cadafalso".[6]

D. João VI, temendo a perda de seu trono, decidiu voltar a Portugal. Em 26 de abril de 1821, acompanhado de quatro mil portugueses - menos da metade dos que haviam partido de Lisboa para o Brasil - com ele foram em seu retorno. No mesmo dia o Príncipe lança manifesto declarando "ter sido encarregado de cuidar da pública felicidade do Brasil até a chegada da Constituição que deveria vir de Portugal". No dia seguinte - 27 de abril de 1821 - dirigiu uma circular a todos os governos das províncias, transmitindo as ordens que deixara D. João VI, no sentido de acatamento da regência, prestando toda obediência ao seu representante neste Reino. O Brasil contava, então, três milhões e meio de habitantes. Em 40 anos crescera meio milhão.

Ao desembarcar em Lisboa o Monarca comunicou às Cortes haver confiado ao Príncipe herdeiro a regência do Brasil. Os deputados não reconheceram ao Rei autoridade para designar regente e decretaram o regresso de D. Pedro a Portugal, pois a sua atuação não seria a por eles desejada.

A atuação de D. Pedro não seria conforme com a política das Cortes, trazendo-lhe grandes problemas para ambos.

Desde 1817 - por força da revolução republicana no nordeste brasileiro -, D. João VI promoveu a vinda de Portugal da chamada "divisão auxiliadora". Apesar de ao haver aportado ao Brasil já encontrar desaparecido o grande foco revolucionário e executado os seus principais chefes, a tropa era muito prestigiada e assumia, cada dia mais, o controle sobre os negócios políticos. O Príncipe Regente, todavia, sem levar em conta a coação das armas portuguesas, firmava-se no conceito do povo brasileiro. As cartas que dirigia ao pai demonstram não só o entendimento entre ambos mas uma perfeita sintonia.

Em 29 de setembro de 1821 foram baixados em Portugal os decretos de números 124 e 125, obrigando o Príncipe a uma decisão

[6] Theóphilo de Andrade, in "Pedro I na Independência do Brasil", Rio, 1972, pág. 30.

imediata. O primeiro, tratava de substituir o Regente por uma Junta de Governo, ligada diretamente a Lisboa; o segundo, obrigando-o a regressar à Europa. Realizado isto, como nos diz Aníbal Gama, "cairia o Brasil de joelhos diante de Portugal, sem nenhuma esperança de um próximo reerguimento".[7]

Serviram eles, todavia, de motor da agitação, pois ligaram as três grandes províncias do sul à obra da emancipação brasileira.

Íamos ver, cada dia mais, a lealdade e o amor de D. Pedro ao Brasil tornar-se fato indiscutível. D. João VI, de sua parte, em seu regresso a Portugal, alertara o filho dando-lhe instruções praticamente explícitas que, cumpridas, o colocariam à frente do movimento emancipador. Dois dias antes de sua partida, nos dá conta Varnhagen, teria o Príncipe recebido do pai instruções no sentido de que "se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, que para alguns desses aventureiros".[8]

Sobreveio, então, o "Fico", verdadeiro divisor de águas no panorama político brasileiro, tão bem descrito por todos os autores nos compêndios da nossa história. Representou, sem sombra de dúvida, o episódio culminante de uma hora decisiva, demonstrando a perda da causa lusitana.

D. João VI foi perfeitamente informado, em 9 de janeiro de 1822, em carta que lhe dirigiu o Príncipe, descrevendo com todas as minúcias, tendo remetido, inclusive, o auto feito pela Câmara. Aí mais uma prova de apoio de D. João VI ao desejo separatista. Este, em 12 de maio de 1822, repete ao filho os conselhos dados antes de partir. Em resposta, D. Pedro, em correspondência de 11 de junho, lembrando ao pai as recomendações dele recebidas, acrescenta: "Foi chegado o momento da quase separação e, estribado eu nas eloqüentes e singelas palavras expressas por Vossa Majestade, tendo marchado adiante do Brasil, que tanto me tem honrado".

Em outra correspondência, de maneira incisiva, ataca as Cortes, chamando-as de facciosas, maquiavélicas e desorganizadoras,

---

[7] Anibal Gama, in "D. Pedro na Regência", Gráfica Laemmert, Rio, pág. 45.

[8] Varnhagen, in "História da Independência", apud João Armitage, in "História do Brasil", pág. 50, nota 17.

acrescentando: "Se estas declarações tão francas, irritarem os ânimos desses luso-espanhóis, que mandem tropa aguerrida e ensaiada na guerra civil, que lhe faremos ver qual é o valor do brasileiro".

A célebre "divisão portuguesa", a 15 de fevereiro de 1822, foi compelida a regressar a Portugal. A sua partida, fruto da atitude corajosa do Príncipe e do apoio e valentia das tropas brasileiras, foi melancólica.

Em 1815 havia sido fundada, no Rio de Janeiro, a Loja Maçônica "Comércio e Artes", tendo sido fechada por D. João VI, ainda Príncipe Regente. Ressurgiu em 2 de junho de 1821, revestida de muita força e vigor, notadamente por enfeixar, em seu seio, a elite cultural e política brasileira. O número de iniciados foi-se elevando de tal maneira que se tornou necessário desdobrá-la. Criadas foram mais duas outras: "União e Tranqüilidade" e "Esperança", localizada esta em Niterói.

Em 13 de maio de 1822 - data do aniversário de D. João VI -, por indicação da Loja "Comércio e Artes", por proposta de Domingos Alves Branco de Muniz Barreto - segundo relata o Visconde de Porto Seguro - foi conferido o título de "protetor e defensor perpétuo do Brasil" ao Príncipe D. Pedro de Alcântara, no Paço da cidade do Rio de Janeiro.

Os acontecimentos tomaram tal importância no seio da Maçonaria, tornando-se necessário um corpo central e diretor para assumir a direção das idéias. Procedeu-se à união das três Lojas, nascendo, a 28 de maio de 1822, o Grande Oriente do Brasil (em sua primeira fase) o primeiro Oriente brasileiro. Para ele foi levado o Príncipe que, em sua iniciação, tomou o nome de Guatimozim.

Não há quem possa desconhecer o papel fundamental exercido pela Maçonaria no movimento de nossa emancipação. Entretanto, força é afirmar que o Príncipe, com ou sem ela, a teria proclamado, conforme a diretriz traçada por D. João VI, antes de sua partida do Brasil. Detendo os maçons, naquela oportunidade, um sensível poder de mobilização, foram eles, todavia, de importância capital.

Na sessão n. 14, realizada pelo Grande Oriente do Brasil no dia 20 de agosto de 1822, - (20 dias do 6°. mês (ELUL) do ano da Verdadeira Luz de 1822) - presidida por Gonçalves Ledo, foi proclamada a nossa independência num Templo Maçônico.

Dois homens dominavam então a Maçonaria brasileira: José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Gonçalves Ledo. A luta surda entre ambos fez com que D. Pedro viesse a suspender o funcionamento do Grande Oriente do Brasil do qual, na ocasião era o Grão Mestre.

Lendo as notícias de Lisboa, às margens do Ipiranga, a 7 de setembro de 1822, D. Pedro anunciou a ruptura definitiva com Portugal. Seguiu-se-lhe, após à sua sagração em 12 de outubro de 1822, a declaração de guerra entre as duas Nações, até 1825, sem episódios militares além de alguns combates na Bahia. A interferência inglesa acabou com a guerra ao custo do reconhecimento e concordância de pagamento, pelo Brasil, de uma dívida de cerca de sete milhões de libras contraída por Portugal com a Inglaterra, para financiar a luta dos lusitanos contra a nossa independência.[9]

D. Pedro I teve grandes problemas com a Assembléia Constituinte, sob a direção de José Bonifácio que, traduzindo o pensamento da elite brasileira, delineou uma constituição tradutora da opinião da mesma, copiando "em grande medida, o sistema parlamentar inglês, com o objetivo de criar um governo controlado pela elite por meio de uma elegibilidade altamente restritiva".[10]

O Imperador dissolveu a Assembléia e promulgou a Constituição de 1824, por ele descrita como duas vezes mais liberal do que a versão da Assembléia. O império foi dividido em dezoito províncias, cada uma substituindo uma antiga capitania a serem governadas por um presidente designado pelo Imperador. O centralismo então ampliado pela nova estrutura representava uma administração bem mais rígida, o que fomentou revoltas não só contra o governo mas até contra o próprio princípio monárquico.

Em Pernambuco, em 1824, sob a alegação de haver o Imperador nomeado um novo presidente sem que houvesse sido previamente consultada a província, foi o pretexto para os republicanos levarem a efeito uma das revoltas mais sérias. Como conseqüência

[9] Thomas E. Skidmore, in "Uma História do Brasil", Paz e Terra, 1998, pág. 66.

[10] Thomas E. Skidmore, in "Uma História do Brasil", Paz e Terra, 1998, pág. 63.

foram executados dezesseis líderes rebeldes, dentre eles Frei Caneca. A Monarquia assumia o papel de defensora da integridade territorial brasileira.

Em 1825, D. Pedro I teve de enfrentar a Argentina face à tentativa da Província Cisplatina de deixar o Império do Brasil e unir-se a Buenos Aires. Mais uma vez a interferência inglesa encerrou o conflito e foi criada a nação independente do Uruguai.

Morto D. João VI, em 1826, a questão política em Portugal passou a ser confundida com a questão dinástica da sucessão ao trono: de um lado, os liberais desejavam D. Pedro, pois representava o constitucionalismo; de outro, D. Miguel, o absolutismo.

D. Pedro, na impossibilidade de ser o monarca de dois países, imaginou uma solução que ele esperava lhe granjearia o apoio das três correntes: liberais, moderados e absolutistas. Para tanto abdicaria à coroa portuguesa na pessoa de sua filha, Maria da Glória, então com 7 anos. Portugal deveria jurar uma nova constituição, a Carta Constitucional, e seu irmão D. Miguel casaria com a pequena rainha.

O plano de D. Pedro contou com o apoio inglês e D. Miguel celebrou os esponsais do casamento e jurou cumprir a Carta. A solução, contudo, não agradava a ninguém: os absolutistas queriam o regresso do poder absoluto com D. Miguel; os liberais, não concordavam com a Carta; e os moderados viam crescer o poder da contra-revolução. A Espanha, por seu lado, apoiava a restauração da monarquia absoluta. Oliveira Lima[11] diz que "D. Pedro foi um romântico, não um realista do constitucionalismo". E acrescenta: "Como Napoleão I, ele acreditou piamente no que dissera em Santa Helena o grande Imperador - que um soberano que abraçasse a causa dos povos os arrastaria para onde quisesse. Assim como o outro se fez depois o campeão do princípio das nacionalidades, ele se fez o apóstolo das Cartas".

D. Miguel reentrou em Portugal em 1828 e a guerra civil dominou o País até 1834.

[11] Oliveira Lima, in "D. Miguel no Trono (1828 - 1833), ed. Coimbra, 1933, pág. 138 e 139.

Em 1830 a política européia sofreu uma mudança e os movimentos liberais tomaram novo ânimo em toda a Europa. Na França, a revolução de julho derrubou a monarquia absoluta de Carlos X. No Brasil, o vento de 1830 se fez sentir aumentando a oposição popular ao Governo de Pedro I. Em 7 de abril de 1831 uma insurreição forçou-o a abdicar em favor do seu filho Pedro, de apenas cinco anos de idade, embarcando para a Inglaterra, com a intenção de recuperar o trono português. Segundo Armitage, entretanto, não houve insurreição popular e sim uma sedição militar pressionando o Imperador. Não encontrando apoio político quer da Inglaterra, quer da França para o seu desejo, passou a usar o título de Duque de Bragança, regente de Portugal até que a Rainha, sua filha D. Maria II, pudesse exercer o poder.

No ano seguinte seguiu para os Açores e ali organizou a expedição que em 8 de julho de 1832, desembarcando no Mindelo, numa praia a cerca de três léguas da cidade do Porto, iria se defrontar com uma enorme desproporção de forças: 80.000 homens do lado miguelista, contando ao seu lado com apenas 7.500.

Mesmo assim conseguiu ocupar a cidade do Porto e em grande trabalho militar logrou defender-se dos incessantes ataques que lhe eram deferidos.

A luta em que se estava empenhando não era apenas uma questão de sucessão política, mas decidia-se ali a sorte de dois sistemas de governo. Armitage[12] nos diz que os potentados europeus "viram que a queda de D. Miguel não só seria um golpe mortal dado a todos os inimigos apostólicos das reformas mas tambem que as vantagens que D. Pedro conseguisse dariam um impulso à causa do governo constitucional em toda a Europa". E conclui: "Daí nasceu o zelo com que as potências absolutas esposaram a causa do primeiro, e a ansiedade com que se opuseram à da jovem Rainha, que antes tinham solenemente reconhecido".

Em junho de 1833 enviou ao Algarve um corpo de tropas visando distrair as forças absolutistas, aliviando a pressão sobre o Porto. As províncias do sul não estavam preparadas para a guerra e

[12] João Armitage, in "História do Brasil", Rio, 1943, editora Zélio Valverde, pág. 316.

a expedição, embora pequena, logrou apoderar-se do Algarve, marchando depois para Lisboa onde, sem luta, entrou em 24 de julho.

Com Lisboa ocupada, fácil foi conseguir o reconhecimento do Governo pela Inglaterra e França. Em maio de 1834, pela Convenção de Évora Monte, foram depostas as armas e D. Miguel embarcou para o exílio.

Como Duque de Bragança, empenhando-se à frente do exército constitucionalista, de 1832 a 1834, além de chegar ao trono Português, tornando-se D. Pedro IV, conseguiu a unidade da terra que lhe servira de berço.

A Parca não lhe iria conceder o desfrute de tal feito. A 24 de setembro de 1834, poucos anos antes de completar 36 anos de idade, faleceu vítima de tuberculose, contraída no campo de batalha, cabendo a D. Maria da Gloria, - como D. Maria II-, tendo apenas quinze anos, assumir a chefia efetiva do Estado, apesar de sua inexperiência. Por sua vontade, seu coração foi doado à cidade do Porto, onde é conservado, como relíquia, na capela-mor da igreja da Lapa; seu corpo foi sepultado em São Vicente de Fora, tendo sido transladado em 1972, para o Brasil e sepultado em São Paulo, na colina do Ipiranga, berço da independência .

Graças a ele nossa terra manteve a sua unidade, não tendo sido retalhada em pequenas repúblicas. Feliz também foi Portugal em tê-lo como feitor de sua unidade.

Foi um gigante em duas Nações.

Bibliografia

ANDRADE, Theóphilo de. "Pedro I na Independência do Brasil". Rio, 1972.

ARMITAGE, João. "História do Brasil". Editora Zélio Valverde, Rio, 1943.

CALDEIRA, Jorge. "História do Brasil". Companhia das Letras, 1997.

CASTELLANI, José. Jornal "Egrégora", edição de março/maio de 1998

GAMA, Anibal. "D. Pedro na Regência". Gráfica Laemmert, Rio.

GAMA, Anibal. "Libertação do Brasil do Jugo Lusitano", Gráfica Laemmert, Rio, 1945.

LIMA, Oliveira. "D. Miguel no Trono - (1828 - 1833)". Edição Coimbra, 1933.

LIMA, Oliveira. " D. Pedro e D. Miguel - A Querela da Sucessão". Cia. Melhoramentos de S. Paulo, 1925.

REBELLO, A Velloso. "As Primeiras Tentativas de Independência no Brasil".

SARAIVA, José Hermano. "História Concisa de Portugal". Publicações Europa - América, Coleção Saber, 19ª. edição.

Skidmore, Thomas E. "Uma História do Brasil". Editora Paz e Terra, 1998.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (Visconde de Porto Seguro). "História da Independência do Brasil", 2ª. edição.